

Recebido em: 02/04/2022

Aprovado em: 30/05/2022

Publicado em: 30/09/2022

## A FUNDAMENTAÇÃO DE SCHOPENHAUER DA PSICOLOGIA EMPÍRICA E CIENTÍFICA<sup>1</sup>

### THE FOUNDATION OF SCHOPENHAUER OF EMPIRICAL AND SCIENTIFIC PSYCHOLOGY

Guilherme Marconi Germer<sup>2</sup>  
([guilhermeguita@gmail.com](mailto:guilhermeguita@gmail.com))

**Resumo:** Propomos neste artigo investigar a fundamentação de Schopenhauer da ciência empírica da psicologia. Portanto, abordaremos o princípio de razão suficiente, exposto em *Quadrúplice* (1813), concentrando-nos em sua quarta raiz, a lei de motivação, em que se assenta a psicologia. Em seguida, examinaremos sua defesa, exposta entre os §10-15 d’*O Mundo* (1818), de que a perfeição formal científica não repousa na exatidão de suas proposições, mas na facilitação do saber promovida pelo sistema, que desce do universal ao particular. Finalmente, investigaremos sua definição de psicologia, apresentada no §15 d’*O Mundo – Tomo II* (1844) e complementada no §21 de *Parerga e Paralipomena – Tomo II* (1851), como uma ciência empírica e universal dos fenômenos humanos, fundada na lei de motivação e voltada não só à interpretação das “singularidades e expressões intelectuais e morais da espécie humana, como também da diversidade das individualidades”.

**Palavras-chave:** Motivação. Moral. Humanidades. Ciência. Epistemologia.

**Abstract:** We propose in this article to investigate Schopenhauer's foundation of the empirical science of psychology. In order to do so, we will approach what he understands by the foundation of all scientific explanation, the principle of sufficient reason, exposed in *On the fourfold root...* (1813), focusing on its fourth root, the law of motivation, on which psychology is based. Then, we will examine his defence, exposed between §10-15 of *The World...* (1818), that formal scientific perfection does not rest on the accuracy of its propositions, but on the facilitation of knowledge promoted by the system, which descends from the universal to the particular. Finally, we will investigate his definition of psychology, presented in §15 of *The World – Volume II* (1844) and complemented in §21 of *Parerga and Paralipomena – Volume II* (1851), as an empirical and universal science of human phenomena, founded on the law of motivation and aimed at the interpretation of “the singularities and intellectual and moral expressions of the human species, as well as the diversity of individualities”.

**Keywords:** Motivation. Morals. Humanities. Science. Epistemology.

<sup>1</sup> Agradeço ao Professor Weiny César Pinto (UFMS) pela participação da escolha do tema e pela motivação à realização deste trabalho.

<sup>2</sup> Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas. Professor substituto no Instituto Federal do Paraná – Campus Paranavaí.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9731890269292935>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3173-6750>.



## INTRODUÇÃO

Arthur Schopenhauer (1788-1860) representa um marco no processo de cientificismo da psicologia, tanto no que diz respeito à sua fundamentação formal quanto à expansão em seu conteúdo. Os moldes de ambos os avanços foram apresentados em sua tese de doutorado *Sobre a quadrúplice raiz do princípio de razão suficiente* (1813)<sup>3</sup>, na qual defende que a psicologia é uma ciência (como outras já consagradas, como matemática, física etc.), já que suas explicações também se baseiam no princípio de razão suficiente, o qual pode ser considerado como a “mãe de todas as ciências” (SCHOPENHAUER, 1986a, p. 15). A psicologia segue a quarta raiz desse princípio, a lei de motivação, responsável por estabelecer que todo e qualquer fenômeno humano (e animal), e, enquanto tal, deve ter uma causa da qual se segue, necessariamente, o seu efeito. Em seu caso, a causa eficiente se chama motivo, que consiste numa representação do intelecto: remeter conceitualmente um fenômeno à sua causa é o que faz uma explanação, procedimento esse que corresponde à principal tarefa das ciências empíricas. Posteriormente, entre os §10 e §15 d’*O Mundo como Vontade e Representação* (1818)<sup>4</sup>, Schopenhauer aprofunda ainda mais a sua compreensão de ciência, e assim, amplia a sua fundamentação da psicologia. É de especial importância à última, a distinção, desenvolvida nesses capítulos, entre a ciência e o saber comum: apenas o primeiro é sistemático, pois parte do universal para o particular, passando pelo maior número possível de conceitos subordinados e pelo menor possível de conceitos coordenados. O saber comum vai do particular ao universal, de modo que ganha em exatidão e “concretude” de suas informações o que perde quanto à sua organização, universalidade e utilidade. A perfeição formal científica – argumenta o autor – não consiste na precisão e “concretude” de suas asserções, mas na facilitação do saber propiciado por sua sistemática, que impulsiona, de modo universal, à completude do saber. A psicologia não é menos ciência, portanto, do que a física e afins, apenas porque seus fenômenos são mais imprevisíveis ou difíceis de se explicar: os fenômenos de ambas são igualmente determinados *a priori* pelo princípio de razão, o que autoriza, rigorosamente, suas explicações em um todo sistemático e baseado em noções universais.

Do ponto de vista do conteúdo da psicologia, Schopenhauer também forneceu, em *Quadrúplice*, o alicerce fundamental para as suas principais contribuições a essa ciência: se o que caracteriza os fenômenos humanos (e animais) é a participação do intelecto neles, é natural

<sup>3</sup> Doravante abreviada por *Quadrúplice*.

<sup>4</sup> Doravante abreviado por *O Mundo*.

que o que pode ser circunscrito sob o termo de psicologia schopenhaueriana<sup>5</sup> deva começar com o esclarecimento do que seja o intelecto humano, suas principais faculdades e as características de seu bom ou mau emprego. Essa exposição foi realizada, em suas linhas gerais, em *Quadrúplice*, e aprofundada entre os §1-9 d’*O Mundo*, entre outros textos. Basicamente, o filósofo defende que o intelecto se divide em entendimento, razão, faculdade do juízo e memória, e define o bom e mau uso dessas faculdades com os seguintes termos: “Carência de entendimento se chama estupidez. Carência no uso da razão em termos práticos reconhecemos [...] como parvoíce”, e em termos teóricos, caráter ilógico. “Carência da faculdade do juízo se chama simploriedade. Por fim, carência parcial ou completa de memória se chama loucura” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 68). O bom uso do entendimento consiste na argúcia; o da razão prática, em prudência; e o da teórica, em caráter lógico; o bom uso da faculdade do juízo é a destreza determinante ou reflexiva, e a memória sadia – conceito que o aproxima de Sigmund Freud (1946), como este reconhece em *História do Movimento Psicanalítico* (1914) – é a base da saúde mental.

Houve outros avanços conquistados por Schopenhauer tanto em relação ao conteúdo da psicologia quanto à sua formalização epistemológica. Contudo, uma introdução a ambas as contribuições extravasa os limites de um único artigo. Propomos então dividi-la em duas exposições: nesta presente, analisamos e interpretamos a fundação de Schopenhauer da ciência empírica da psicologia; e, em outro, por se publicar, comentaremos sua teoria geral do intelecto, e sua descrição das características fundamentais do bom e mau funcionamento das principais faculdades abordadas. Concentramo-nos, portanto, na primeira proposta: examinaremos, aqui, primeiramente, seu esclarecimento *a priori* do princípio de razão suficiente, com ênfase em sua quarta raiz, a lei de motivação, em que se assenta a psicologia. Em sequência, investigaremos seu argumento de que a perfeição formal científica não repousa na exatidão de suas proposições, mas em sua facilitação do saber propiciada por seu formato sistemático, e que desce do universal ao particular. E, por fim, buscaremos compreender a especificidade da psicologia, segundo o autor, tal como a apresenta no §15 d’*O Mundo – Tomo II* (1844) e no §21 de *Parerga e Paralipomena – Tomo II* (1851), além de sua inserção no edifício científico como um todo. Nas conclusões, sintetizaremos o principal de sua fundamentação da psicologia, e meditaremos acerca de a manutenção ou o desenvolvimento de suas principais ideias sobre esta desde os primeiros textos até os mais tardios.

<sup>5</sup> Para uma exposição ampla e pormenorizada do desenvolvimento dessa ciência junto a sua “irmã”, a ética, (BACELAR, 2018).

## 1 O PRINCÍPIO DE RAZÃO SUFICIENTE: A MÃE DE TODAS AS CIÊNCIAS

Kleverton Bacelar lança luz sobre o tema quando ensina que a primeira menção de Schopenhauer ao termo “psicologia” (*Psychologie*) ocorre em seus manuscritos inéditos, e data do mesmo ano de *Quadrúplice*, 1813. Para o alemão, o “assunto [*Sache*] da psicologia” é a “observação e classificação das diferentes maneiras em que a ação ocorre (depois de todas [...] as modificações sofridas pela causa quando atua sobre um ser pensante e volente)” (SCHOPENHAUER, 1988, p. 65 *apud* BACELAR, 2018, p. 7). Essa concepção, de certo modo, nunca foi abandonada pelo filósofo em seus demais textos: a psicologia não sonda os meros estados internos do sujeito, ou seja, os “sentimentos” por assim dizer, o que a faz ser vista, às vezes, com certo preconceito. Mais do que isso, trata-se de uma ciência que explica fenômenos materiais e empíricos: as ações humana e animal (todo “ser pensante e volente”), as quais também são observáveis e classificáveis dentro de um sistema científico, voltado à explicação das causas atuantes nesse devir e à distinção dos tipos fundamentais de ação. De acordo com a síntese de Bacelar: “Desde aqui, o termo psicologia será empregado por Schopenhauer como a ciência que estuda tanto [1] as causas quanto [2] as diferentes maneiras da ação humana” (BACELAR, 2018, p. 7). Essa dupla divisão corresponde à bipartição posterior desse autor das ciências empíricas em etiologia (doutrina das causas) e morfologia (doutrina das formas), a ser comentada na próxima seção.

Schopenhauer publica, pela primeira vez, em *Quadrúplice*, a sua concepção geral de ciência e o seu reconhecimento da psicologia como uma ciência empírica da motivação humana. Logo na introdução, explicita que o princípio de razão suficiente “pode ser considerado como o fundamento (*Grundlage*) de todas as ciências” (SCHOPENHAUER, 1986a, p. 15). Afinal, “ciência não é outra coisa que não um sistema de conhecimentos, isto é, um todo de conhecimentos enlaçados, em oposição a um mero agregado dos mesmos. E quem senão o princípio de razão vincula os membros de um sistema?” (SCHOPENHAUER, 1986a, p. 15). A formulação geral do princípio de razão é condensada por ele com as seguintes palavras: “*Nihil est sine ratione sufficiente cur potius sit, quam non sit*”<sup>6</sup>. (SCHOPENHAUER, 1986a, p. 15). Em termos mais simples, o princípio de razão estabelece que todo e qualquer objeto (do campo cognoscível, termos esses que podem ser mais didáticos, mas são desnecessários, pois fora do campo cognoscível não há objeto) deve ter uma causa, isto é, uma razão ou um fundamento.

Portanto, a tarefa principal de toda ciência visa reportar as relações (necessárias, como

---

<sup>6</sup> Nada é sem uma razão pela que é.

veremos) de seus objetos às suas causas (razões ou fundamentos): por esse caminho, distingue-se de um “mero agregado” de informações, em que essas não possuem conexão alguma. À diferença do saber comum, na ciência, os “conhecimentos se seguem uns dos outros, na qualidade de suas razões (*Grunde*)” (SCHOPENHAUER, 1986a, p. 15), destaca o autor, e cabe ao princípio de razão estabelecer essas relações. Por fim, Schopenhauer conclui a introdução ressaltando a importância do esclarecimento desse princípio na fundação do saber científico: “Dado que a condição feita por nós sempre *a priori* de que tudo possui uma razão (*Grund*) é o que nos autoriza a perguntar ‘Por quê?’ quanto a tudo; o porquê pode ser considerado como a mãe de todas as ciências” (SCHOPENHAUER, 1986a, p. 15). Assim, pode-se inferir que o princípio de razão é a verdadeira mãe do saber científico.

Entre os capítulos 4 e 7, Schopenhauer caracteriza as quatro modalidades (ramificações ou raízes) do princípio de razão, a saber: o princípio de razão suficiente do devir (lei de causalidade), do conhecer, do ser e do agir (lei de motivação). Contudo, também observa que, em todas essas raízes, o princípio de razão se mantém, e cobra, *a priori*, de todos os objetos, uma razão, uma causa ou um fundamento, a partir do qual esse objeto seja dessa maneira. Cada uma dessas raízes se vincula a um objeto próprio, que é, respectivamente, os fenômenos (externos, materiais e empíricos), os conceitos (abstratos da razão), os entes matemáticos (por exemplo, as retas, círculos, números etc.) e os estados internos de vontade (isto é, os sentimentos, sensações, paixões etc.). Esses quatro objetos delimitam o mundo como representação (do sujeito cognoscente), que se subordina, de modo universal e necessário, ao princípio de razão por meio de alguma de suas quatro raízes. Vejamos as quatro maneiras possíveis do princípio de razão estabelecer relações entre os objetos, cujas explicações conceituais (“porquês”) são organizadas pelo saber científico.

A primeira raiz é o *princípio de razão suficiente do devir (Satz vom zureichenden Grunde des Werdens)*, que governa os fenômenos materiais e externos, que juntos compõem a realidade empírica. Esses fenômenos são o objeto das ciências empíricas; sua forma *a priori* é o *tempo (Zeit)* e o *espaço (Raum)*, que juntos propiciam a *simultaneidade (Zugleich sein)*, a *permanência (Beharrlichkeit)* e a *duração (Dauer)*. Se só um deles existisse, não poderia haver *matéria (Materie)* nem *lei da causalidade (Gesetz der Kausalität)*. Por isso, a matéria e a causalidade consistem no entrelaçamento do tempo e do espaço, sendo a essência dessa união nada senão fazer-efeito. O correlato subjetivo da lei de causalidade é a faculdade do *entendimento (Verstand)*, portanto, dizer que a união do tempo e do espaço é a matéria ou a causalidade se distingue apenas pelo fato de que a primeira formulação consiste na expressão objetiva; e, a segunda, na subjetiva dessa mesma condição *a priori* da

experiência fenomênica. A segunda condição da experiência fenomênica é “a sensibilidade do corpo do animal, ou a propriedade dos corpos dos animais de serem *objetos imediatos (unmittelbar Objekte)* do sujeito” (cognoscente) (SCHOPENHAUER, 2005, p. 63).

Cabe aqui um breve esclarecimento sobre o sujeito cognoscente: ele é aquele que tudo conhece, mas nunca é conhecido por ninguém. É verdade que somos capazes de estabelecer uma identidade entre nós mesmos enquanto sujeitos cognoscentes de nosso corpo ou nossa vontade, identidade expressa pela palavra “eu”. Mais adiante, veremos que Schopenhauer compara essa identidade a um milagre filosófico. Mas mesmo quando a estabelecemos, ainda pressupomos um sujeito do conhecimento que conhece, e que, portanto, não é propriamente conhecido; e um objeto (nosso corpo ou vontade), que já é, sim, algo conhecido: afinal, se o sujeito fosse conhecido, ele seria tão logo objeto, e pediria por um “outro” sujeito que o conhecesse. Essa condição é exposta de modo ainda mais claro no §2 d’*O Mundo*: sujeito e objeto – ensina Schopenhauer, nele – são as duas metades do mundo,

[...] inseparáveis, mesmo para o pensamento: cada uma delas possui significação e existência apenas por e para a outra; cada uma existe com a outra e desaparece com ela. Elas se limitam imediatamente: onde começa o objeto, termina o sujeito (SCHOPENHAUER, 2005, p. 46).

Esse último, portanto, é aquele que “tudo conhece mas não é conhecido por ninguém”: é “o sustentáculo do mundo, a condição universal e sempre pressuposta de tudo o que aparece, de todo objeto, pois tudo o que existe, existe para o sujeito” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 45). Neste sentido, os quatro objetos passíveis de conhecimento (em sentido estrito) pelo sujeito são os quatro anteriores, subordinados *a priori* ao princípio de razão: os fenômenos, os conceitos, os objetos matemáticos e os estados internos de vontade.

Voltemos a esses objetos, portanto, o primeiro deles são os fenômenos materiais, empíricos e externos. De certa maneira, porém, a quarta classe de objetos, a saber, os estados internos de vontade, antecede essa primeira, pois o ponto de partida para a intuição dos fenômenos externos e empíricos é sempre a autoapreensão do sujeito pela qual ele se percebe como um objeto imediato, dado apenas na forma do tempo. O entendimento aprende, aos poucos, a constituir o mundo real e externo somente a partir desse objeto imediato; e isso ele faz ao compreender esse estado interno de vontade (essa sensação) como algo que, como tudo que existe para ele (ou o princípio de razão), deve ter uma causa. Por conseguinte, ele projeta essa causa “para fora” (do corpo ao qual se vincula), e, portanto, para o espaço: eis que surge a realidade externa e empírica para além da sensibilidade. Até que essa operação

imediate e nada discursiva do entendimento não se efetive, Schopenhauer afirma que o sujeito estará sempre limitado a meras sensações subjetivas, “subcutâneas”, que nada informam, por si só, sobre a existência de um mundo material e externo. A lei de causalidade, portanto, compreende a condição *a priori* da experiência (externa), graças à qual, os fenômenos empíricos são intuídos pelo entendimento. Ela corresponde, portanto, à primeira raiz do princípio de razão, ao estabelecer que todo e qualquer fenômeno (interno ou externo) deve ter uma causa, que o precede no tempo e se vincula a algum objeto no espaço.

Como a psicologia tem por assunto, como vimos, a ação de todo “ser pensante e volente” (SCHOPENHAUER, 1988, p. 65 *apud* BACELAR, 2018, p. 7), ou seja, os homens e animais, e como esses também pertencem à realidade material, externa e empírica, Schopenhauer a definirá como uma ciência empírica, cujas explicações seguem o fio condutor das relações conforme essa primeira raiz do princípio de razão: a lei de causalidade. No entanto, no §20, apresenta outra distinção fundamental para a divisão das ciências empíricas: o conceito de causa tem três subespecificações distintas, causa em sentido estrito (*Ursache*), estímulo (*Reiz*) e motivo (*Motiv*). A primeira delas produz transformações do ponto de vista estritamente físico (mineral, poder-se-ia dizer); a excitação já governa os fenômenos vegetais e os que compõem a parte “vegetativa” do corpo dos animais; e a motivação conduz os fenômenos propriamente animais. É verdade que a terceira submodalidade será exposta por Schopenhauer isoladamente, como a quarta raiz do princípio de razão. Contudo, também é apresentada aqui como uma das três submodalidades da lei de causalidade, e, justamente, porque nós, enquanto sujeitos do conhecimento, podemos intuir o nosso corpo e as suas transformações de duas maneiras distintas: como estados internos e imediatos de nossa vontade; e como um corpo pertencente ao mundo externo e espacial (como qualquer outro corpo). Pela existência dessa dupla visão do que, em última instância, trata-se da mesma coisa, o filósofo opta por também dividir em dois os caminhos possíveis de intuição desse ser, repartindo-os em dois objetos distintos, embora intimamente vinculados, subordinados a duas raízes distintas do princípio de razão (que também possuem uma íntima associação): e lei de causalidade e a de motivação. No próximo tópico, retomaremos esse tema.

No que concerne às diferenças fundamentais das três submodalidades da lei de causalidade, Schopenhauer afirma que a causalidade em sentido estrito (a puramente física ou “mineral”) é a única que se subordina à

[...] terceira lei fundamental de Newton: “Ação e reação são iguais uma à outra”. Isso significa que o estado anterior (a causa) sempre experimenta uma

transformação que se iguala em grandeza à que ele provocou [em seu efeito] (SCHOPENHAUER, 1986a, p. 62).

Na causalidade por estímulo ou motivo, isso já não ocorre: “De modo algum a intensidade da reação segue em todos os graus a intensidade da causa: pelo contrário, por meio do reforço da causa, pode-se transformar seu efeito no seu mais inverso oposto” (SCHOPENHAUER, 1986a, p. 62). À guisa de exemplo, um simples olhar humano, algo “energeticamente” simples do ponto de vista mecânico, pode provocar reações intensas. Assim como, inversamente, a mesma luz solar pela qual uma planta se torna viçosa, caso intensificada, não aumentará necessariamente o verdejar da última, mas pode até a matar. Quanto à diferença da causalidade por estímulo (vegetal) ou motivo (animal), ela repousa no fato de que o “motivo precisa apenas ser percebido para agir, enquanto que o estímulo exige o contato, uma certa duração, e às vezes, a intussuscepção (absorção no interior)” (SCHOPENHAUER, 1986a, p. 62). Por fim, o motivo ainda requer o intelecto, e tem nele, por definição, seu espaço de atuação, pois consiste em uma representação mental. O estímulo, pelo contrário, é inconsciente, e caso entre na esfera da consciência, no caso dos animais, e produza efeitos, não será mais um estímulo, mas um motivo. Conforme Schopenhauer, nessa tripartição da lei da causalidade se baseia a tripartição da natureza entre os reinos mineral, vegetal e animal; como argumenta a seguir: “A diferença verdadeira e essencial entre os corpos inorgânicos, as plantas e os animais não repousam em suas características anatômicas, químicas ou externas, mas no tipo de causalidade a que estão subordinados” (SCHOPENHAUER, 1986a, p. 62). Vale repetir, causa, em sentido estrito, estímulo e motivo.

É mais didático explicar a terceira raiz do princípio de razão antes da segunda, pois que consiste no *princípio de razão suficiente do ser (Satz vom Grunde des Seins)*, e é a responsável pelas interconexões das representações matemáticas, que compõem o espaço puro e o tempo puro. Nessa visão, Schopenhauer se alinha à doutrina kantiana da matemática, segundo a qual os “pontos e linhas não podem ser desenhados, mas só intuídos *a priori*, assim como a extensão infinita e a divisibilidade infinita do espaço e do tempo são estranhos à intuição empírica e só são objetos da intuição pura” (SCHOPENHAUER, 1986a, p. 157). Os argumentos dessa defesa são bem conhecidos: é impossível desenhar um ponto sem diâmetro ou uma linha sem largura etc. Apenas a intuição pura pode captar esses objetos igualmente puros, isto é, não preenchidos pela matéria, mas que, juntos, formam a estrutura espaciotemporal (matemática) na qual os fenômenos materiais podem ser conhecidos. A inter-relação e a dependência desses objetos é o que compõem as “formas do sentido externo e do sentido interno: o espaço e



o tempo” (SCHOPENHAUER, 1986a, p. 157). Ambos são tecidos de tal forma que “todas as suas partes estão entre si numa relação, de modo que cada uma delas está determinada e condicionada por outra” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 190). No espaço, essas relações se chamam *posição (Lage)*; e, no tempo, *sucessão (Folge)*. A geometria compreende a ciência voltada ao estudo das relações desses objetos puros do espaço, enquanto a aritmética e a álgebra analisam as relações dos objetos do tempo. A terceira raiz do princípio de razão estabelece essas interdependências e relações: o *princípio de razão suficiente do ser*.

A segunda raiz é o *princípio de razão suficiente do conhecer (Satz vom zureichenden Grunde des Erkennens)*, que rege os conceitos (*Begriffe*) abstratos da razão, também chamados de representações das representações. Esses são expressos em palavras, as quais são produtos da faculdade do juízo, que opera uma abstração em um ou mais objetos de qualquer classe, eliminando sua distinção original e própria, e fixando o que sobrou desse processo em uma palavra. O modo como o princípio de razão age sobre essa segunda classe de representações é o seguinte: para que um juízo possa expressar um *conhecimento (Erkenntnis)*, e ser predicado de *verdadeiro (wahr)*, deve ter uma *razão* ou um *fundamento (Grund)* (SCHOPENHAUER, 2005, p. 190). Esse fundamento pode ser de quatro espécies distintas, cada uma das quais engendra um tipo diverso de verdade: um fenômeno, outro conceito, uma intuição matemática ou um estado volitivo. Nos primeiro e quarto casos, o juízo expressará uma *verdade material (materiale)* ou *empírica (empirische Wahrheit)*; no segundo caso, uma *verdade lógica (logisch)* ou *formal (formal)*; e, no terceiro, uma *transcendental (transzendental)*. Por fim, caso o juízo exprima ainda uma das quatro leis do pensamento (a saber, o princípio de identidade, de contradição, do terceiro excluído e de razão suficiente do conhecer) (SCHOPENHAUER, 1986a, p. 133), ele expressará uma verdade metalógica; sendo a lógica a ciência que dita as regras a partir das quais um juízo pode expressar uma verdade lógica ou formal.

## 2 A LEI DA MOTIVAÇÃO: O FIO CONDUTOR DA PSICOLOGIA

Finalmente, a última raiz do princípio de razão rege os estados internos de vontade do sujeito, cujo objeto é o nosso ser “desejante (*das Wollende*), o sujeito do querer, a vontade (*Wille*)” (SCHOPENHAUER, 1986a, p. 42). Afinal, quando olhamos para dentro de nós e intuímos algo que, por essa via, não se expressa mais propriamente no espaço (embora um corpo material sempre lhe esteja associado), mas como algo meramente temporal, encontramos, imediatamente, um ser que deseja, sente e quer, isto é, uma vontade. Não

achamos um ser pensante, como queria Descartes e os demais racionalistas, pois esse sujeito, como já aclarado, “nunca se torna conhecido, representação, objeto” (SCHOPENHAUER, 1986a, p. 42). Pelo contrário, “quando olhamos para o nosso interior, nos encontramos sempre como alguém que quer” (SCHOPENHAUER, 1986a, p. 42), somente a vontade é, portanto, o objeto imediato. As faculdades do conhecimento (como a razão, a sensibilidade, o entendimento etc.), tampouco são conhecidas propriamente, mas são inferidas a partir de seus objetos, como propriedades daquele sujeito do conhecimento incognoscível. O objeto imediato da autoconsciência é tão somente à vontade. Mas aqui, também ocorre algo misterioso e já antecipado: constata-se a mais íntima identidade entre esse objeto (a vontade) e “o sujeito cognoscente, por meio da qual (e de fato necessariamente) a palavra ‘eu’ encerra e designa ambos” (SCHOPENHAUER, 1986a, p. 42). Essa identidade é definida por Schopenhauer (1986a, p. 42) como o verdadeiro “nó do mundo”: ela é “inexplicável”, (SCHOPENHAUER, 1986a, p. 42) só é capaz de ser explicitada e se assemelha a um “milagre” (SCHOPENHAUER, 1986a, p. 42). O querer, por fim, é “o mais imediato de todos os nossos conhecimentos, e aquele cuja imediatidade [*sic*] deve lançar luz, em última instância, sobre todos os demais conhecimentos, que como tais são bastante mediatos” (SCHOPENHAUER, 1986a, p. 172).

Essa sua capacidade de “lançar a luz” sobre todos os conhecimentos ocorre por várias razões: primeiro, se deve ao fato de que o conhecimento dos demais objetos, ou, pelo menos, das duas primeiras classes, pressupõe o objeto imediato, uma vez que, como já explanado, o mundo externo surge a partir da aplicação da lei de causalidade aos nossos estados internos, e os conceitos derivam substancialmente de ambos. Além disso, tem-se o fato de que se trata do conhecimento mais imediato de todos, e cujo objeto estabelece uma relação de “milagrosa” identidade com o sujeito do conhecimento. Por essas três razões, Schopenhauer afirma que a vontade é a “pedra fundamental (*Grundstein*) de toda a minha [sua] metafísica” (SCHOPENHAUER, 1986a, p. 172); e a partir do Livro II de *O Mundo*, passa a defender uma teoria segundo a qual a vontade carrega algo *toto genere* distinto de uma representação, podendo ser associada à coisa em si kantiana e à “solução real do enigma do mundo” (SCHOPENHAUER, 2010, p. 18). Em *Quadrúplice*, porém, permanece-se no campo da representação (epistemologia), o filósofo se limita, portanto, a indicar o valor metafísico da vontade, a ser explorado alhures, e acrescenta o fato do “eu”, como qualquer outro objeto, também estar aberto à exploração científica, sendo a psicologia e as demais ciências humanas por se nomear os campos que devem realizar isso, a partir do fio condutor da quarta raiz do princípio de razão: a lei de motivação. Provavelmente para enfatizar essa segunda possibilidade, o filósofo inicia sua abordagem dessa última classe de objetos, no Capítulo

7, sublinhando que todos os sentimentos, decisões e ações humanas também devem ter uma causa ou um fundamento, pela qual sejam dessa e não de outra maneira:

Em toda decisão percebida tanto dos outros quanto de nós mesmos, estamos autorizados a perguntar: Por quê? Ou seja, pressupomos como necessário que exista algo que lhe seja precedente, a partir do qual resulta, e que nós chamamos de razão (*Grund*), ou mais exatamente, de motivo da ação resultante. Sem um tal pressuposto, essa ação nos é tão impensável como o movimento de um corpo inanimado sem impulso ou tração. De acordo com isso, o motivo pertence às causas, e já foi enumerado e caracterizado entre essas como a terceira forma de causalidade (§20) (SCHOPENHAUER, 1986a, p. 172).

Após essa asserção, o autor relembra que a interioridade do devir fenomênico nos é inacessível para todos os demais seres que não nós mesmos. O que podemos dizer sobre o âmago de qualquer produção fenomênica é realmente limitado: podemos afirmar, no máximo, que ela ocorre a partir de uma força ignota, que pode ser uma das *qualitates occultaes* (qualidades ocultas) pressupostas nos seres elementares (tais como a força da gravidade, eletromagnética ou a que une ou desune os elementos químicos, estudadas pela física e química) até as forças vitais dos vegetais e animais, que, no último caso, chamam-se vontade. Contudo, em nossas próprias ações, ocorre algo distinto: vemos a lei de causalidade produzir fenômenos (ações) a partir de causas (motivos) “desde dentro, de maneira completamente imediata e por isso de acordo com seu completo modo de ação” (SCHOPENHAUER, 1986a, p. 172). Aqui, estamos “entre os bastidores” (SCHOPENHAUER, 1986a, p. 172), e, por isso, não somente nossas próprias ações são vistas de um modo duplo – seja a partir da primeira ou da quarta raiz do princípio de razão, mas também nos defrontamos com algo de enorme valor metafísico, do ponto de vista da busca pela compreensão do conteúdo de todos os fenômenos.

Por fim, uma última vereda é iluminada: o “eu” também pode ser objeto da ciência, sendo a identidade entre a lei de motivação e a lei de causalidade, e a sua dupla subordinação à mãe de todas as ciências, o princípio de razão, o que concede, segundo o autor, à psicologia e demais ciências humanas, a importante tarefa de explicar o agir humano (e animal) de modo universal, organizado e científico. Por conseguinte, Bacelar (2018, p. 7) tem toda razão quando afirma que, em *Quadrúplice*, “A psicologia é tratada na exposição da última das quatro classes de representação, ou seja, no capítulo dedicado ao princípio de razão suficiente do agir”. Embora o alemão não mencione essa ciência nesse capítulo, mas apenas no seguinte, o oitavo, destaque-se nele que “a motivação é a causalidade vista de dentro” (SCHOPENHAUER, 2017, p. 173) nivela a psicologia com as demais ciências empíricas já reconhecidas.

Por fim, é no oitavo capítulo, não mais dedicado à explicação do objeto imediato, mas à meditação sobre o princípio de razão como um todo, que a psicologia é mencionada. Esse capítulo começa com o §46, em que Schopenhauer retoma a ideia antecipada no §4 de que “todas as ciências se apoiam no princípio de razão, na medida em que são, sem exceção, conexões entre fundamentos e consequências (*Gründen und Folgen*)” (SCHOPENHAUER, 2017, p. 179). No §49, sua abordagem do conceito de necessidade (*Notwendigkeit*) aplanava o caminho para o seu reconhecimento das ciências humanas: não há qualquer sentido – defende – associar o termo “necessidade” a qualquer outro conceito que não o princípio de razão. Afinal, necessidade não é senão a inevitabilidade da produção de uma consequência a partir de uma causa suficiente; e se são quatro as formas de causas suficientes, serão quatro também as formas de necessidade: física, matemática, lógica e moral. Embora a sondagem da necessidade pela qual as ações humanas são produzidas seja mais difícil de ser realizada do que a voltada ao dever dos fenômenos mais elementares. Contudo, essa dificuldade deriva tão somente da limitação de nossa mente, e não de seu objeto, cujo vir a ser, em cada situação específica, é tão necessário quanto a do dever de qualquer fenômeno elementar. Em outras palavras, somos frequentemente míopes ao tentar penetrar a enorme complexidade da lei de motivação. No entanto, de modo algum, essa limitação invalida a necessidade como uma ação humana (ou animal) é produzida (a partir de motivos suficientes): a qual tem o mesmo rigor apriorístico da possuída na produção de qualquer fenômeno natural, e pode ser estudada, descoberta e sistematizada de idêntica maneira como as ciências mais elementares tratam as transformações que estudam. Diante disso, poderíamos questionar, inspirados em Schopenhauer, se uma maior dificuldade de compreensão de “porquês” absolutamente necessários, como os humanos, e além de nossas eventuais opiniões e miopias, não cobraria ainda mais a aplicação do método científico em sua investigação? De modo que, muitas vezes, o que é usado como argumento para o afastamento da psicologia do discurso científico, a saber: o fato de que seus obstáculos subjetivos são maiores do que o de outras ciências na sondagem de seu objeto – não seria, antes, um motivo ainda maior para reforçarmos seu processo científico (ou seja, se já é difícil compreender o homem com o auxílio da ciência, o que dirá abandoná-lo ao caótico saber comum)? A resposta de Schopenhauer a essas questões parece ser afirmativa, como se depreende de seu nivelamento, operado no §49, entre as quatro necessidades com que o princípio de razão une seus quatro objetos distintos, permitindo, assim, a construção de quatro grupos de ciências distintas (as empíricas elementares, a lógica, a matemática e as “humanidades”, como poderíamos dizer usando um termo mais contemporâneo):

O princípio de razão suficiente, em todas as suas figuras, é o único princípio e suporte de toda necessidade (*Notwendigkeit*). Pois *necessidade* não tem nenhum outro sentido verdadeiro e claro senão a inevitabilidade da consequência, quando a razão (*Grund*) está disposta [...]

Assim, de acordo com as quatro figuras do princípio de razão, existe uma quadrúplice necessidade:

- 1) A lógica, segundo o princípio de razão do conhecimento, por meio da qual, quando deixam-se valer as premissas, a conclusão é concebida forçosamente.
- 2) A física, de acordo com a lei de causalidade, por meio da qual, tão logo a causa apareça, a consequência não pode deixar de vir a ser.
- 3) A matemática, de acordo com o princípio de razão do ser, por meio da qual toda relação expressa por um teorema geométrico verdadeiro é assim como ela o exprime, e todo cálculo correto permanece irrefutável.
- 4) A moral, por meio da qual todo ser humano, e também todo animal, depois do aparecimento do motivo, *deve* executar a ação, conforme, unicamente, seu caráter imutável e inato, assim como todo efeito se segue da causa. É verdade que não é muito fácil de se prever esse efeito, em comparação com todos os demais efeitos, por causa da dificuldade tanto da exploração quanto do conhecimento completo do caráter individual e empírico, e da esfera de conhecimento que lhe é associada. Por isso, pesquisar isso é uma outra coisa do que aprender sobre as propriedades de um meio salino e prever suas reações (SCHOPENHAUER, 2017, p. 179).

Assim, é verdade que, para Schopenhauer, há um grau maior de falibilidade na sondagem científica dos motivos que impulsionam o agir humano, em comparação com a investigação das demais ciências. Contudo, isso se deve ao fato de que, na pesquisa humana, deparamo-nos com uma multiplicidade e complexidade maior de seres e forças (isto é, vontades ou caracteres) do que nas últimas. Cabe sublinhar que isso não invalida o cientificismo das pesquisas humanas: a necessidade como os fenômenos humanos são produzidos a partir de motivos suficientes é exatamente a mesma de uma maçã cair, por exemplo, quando solta em suspensão no ar; ou como o número “5” resulta da soma de “2 + 3”. No §50, Schopenhauer (2017, p. 179) retoma o *modus operandi* de toda ciência, antecipado na introdução: “O princípio de razão é o princípio de toda explicação: explicar uma coisa significa reconduzir sua condição dada, ou conexão, a qualquer uma das figuras do princípio de razão, de acordo com a qual essa coisa deve ser como ela é”. No §51, por fim, ressalva que, embora seja a base de toda elucidação, o princípio de razão é absolutamente inexplicável, e só pode ser explicitado, pois toda explicação depende dele e nada pode explicar-se a si mesmo. Dito isso, ele, então, nomeia as ciências humanas cujas tarefas são pesquisar o complexo comportamento humano:

A lei de motivação, quando se consideram os motivos e as máximas (o que eles também são) como algo dado e a partir do que se explica o agir, é o fio condutor principal da história, política, psicologia pragmática, etc. Mas quando os motivos e as máximas mesmas, de acordo com seu valor e origem, são feitos

objetos de investigação, é o fio condutor da ética (SCHOPENHAUER, 2017, p. 179).

Grosso modo, podemos dizer que a ética se distingue da “história, política e psicologia pragmática” porque explica a conduta humana do ponto de vista da qualidade, e as demais, apenas do da quantidade. Isto é, a ética utiliza o fio condutor da lei de motivação com o fim de iluminar a origem e natureza dos valores humanos, como bom e mau, vício e virtude, certo e errado etc. Já as demais ciências mencionadas procuram explicar os fenômenos humanos a partir do mesmo fio condutor, mas de um ponto de vista puramente “quantitativo”. Na reedição de *Quadrúplice*, em 1847, Schopenhauer reporta o leitor, aqui, ao *Capítulo 12. A propósito da doutrina das ciências*, d’*O Mundo – Tomo II* (1844), no qual ele expõe o quadro mais completo da divisão geral das ciências, em que a psicologia recebe uma posição de destaque. Logo abordaremos na sequência. Antes disso, cabe examinar o aprofundamento de Schopenhauer, no primeiro livro d’*O Mundo*, da distinção entre o saber científico e o comum, iniciada em *Quadrúplice*, que muito contribui para a valorização da psicologia.

### 3 O SABER CIENTÍFICO E O SABER COMUM E O LUGAR DA PSICOLOGIA NO PRIMEIRO

Entre os §10 e 15 d’*O Mundo*, Schopenhauer detalha sua teoria dos dois bens que, “junto com a linguagem e a ação deliberada, constituem o terceiro grande privilégio conferido ao homem pela razão” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 98): o “saber e a ciência”. Basicamente, o filósofo afirma que “saber em geral significa: ter determinados juízos em poder do próprio espírito para reprodução arbitrária, juízos estes que têm algum tipo de fundamento suficiente de conhecer exterior a si mesmos, isto é, são *verdadeiros*” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 99). Na sequência, complementa que o saber em sentido estrito consiste em “qualquer conhecimento abstrato, ou seja [...] racional”, oposto, portanto, ao sentimento, que é apenas subjetivo. É verdade que o filósofo também reconhece a existência do “conhecimento intuitivo” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 106), no qual a sensibilidade e os instintos ocupam um papel de destaque: nele, identificamos a forma de saber que “tem que conduzir imediatamente a atividade” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 106) artística, esportiva e a virtude. Diante do “conhecimento intuitivo” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 106), de fato, o saber abstrato “perde em intuibidade, porém, em compensação, [esse] ganha em segurança e

determinidade” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 106). O “grande valor” do saber abstrato está em sua “comunicabilidade, em poder ser fixado e conservado” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 106), até mesmo na construção de uma máquina, o saber intuitivo pode ser suficiente – exemplifica. Contudo, conhecimento em sentido estrito dos processos que a envolvem, bem como sua capacidade de comunicação e de direção em uma “atividade coordenada por diversos períodos” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 106) e com várias pessoas: disso somente a razão é capaz, e por meio da ciência. O saber intuitivo se emudece diante desses fins. A ciência, portanto, é o saber mais completo, seguro, comunicativo e útil que podemos ter de certo objeto. Afinal:

Qualquer ser humano obtém pela experiência, pela consideração do particular que se lhe apresenta, um saber sobre muitas e variadas coisas; contudo, somente quem se atribuiu a tarefa de obter conhecimento total *in abstracto* sobre uma classe de objetos empenha-se em favor da ciência. Eis por que, no ápice de qualquer ciência, encontra-se um conceito com o qual cada parte é pensada a partir do conjunto das coisas e da qual a ciência promete um conhecimento completo e *in abstracto*. (SCHOPENHAUER, 2005, p. 113)

Por fim, a ciência também se distingue do saber popular porque descende do universal até o particular, enquanto que essa parte do particular e pode se estender a noções mais gerais. No topo de qualquer ciência se encontra um conceito altamente significativo e que abrange todos os seus fenômenos: dele, a ciência “promete um conhecimento completo e *in abstracto*: como no caso do conceito de relações espaciais, da ação dos corpos orgânicos entre si, da constituição das plantas e dos animais” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 113) etc. A partir desse conceito, ela desce em esferas conceituais cada vez menores, até chegar a seus fenômenos particulares. Em algumas, “há mais subordinação, noutras mais coordenação. Com isso, as primeiras exigem mais faculdade de juízo, as outras mais memória” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 114). Por fim, “a perfeição de uma ciência [...] reside no maior número possível de princípios subordinados e no menor possível de princípios coordenados” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 115), descrevendo, assim, o formato de uma pirâmide. Neste sentido, Schopenhauer argumenta que:

O fim da ciência não é a certeza máxima, pois esta pode ser igualmente encontrada até mesmo no conhecimento singular mais desconexo, mas a facilitação do saber mediante a sua forma e, assim, a possibilidade aberta para a sua completude. Portanto, dizer, como ocorre correntemente, que a cientificidade do conhecimento reside na sua maior certeza, é uma opinião equivocada, como também é falsa a afirmação daí proveniente de que só a matemática e a lógica seriam ciências no sentido estrito do termo, visto que somente nestas, devido à sua completa aprioridade, tem-se certeza irrefutável do conhecimento. Esta última vantagem, de fato, não lhes pode ser negada,

contudo não lhes confere direito especial à cientificidade, que não está na segurança, mas na forma sistemática de conhecimento, fundada na descensão gradual do universal ao particular (SCHOPENHAUER, 2005, p. 115).

No §17, Schopenhauer complementa que as ciências empíricas ainda se dividem em morfologia ou “descrição de figuras” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 152), e etiologia ou “explicação de mudanças [...]”. A primeira considera as formas permanentes; a segunda, a matéria que muda segundo a lei de sua transição de uma forma a outra”. A botânica, a zoologia, a mineralogia e a geologia seriam os principais exemplos de morfologia, pois “nos ensinam a conhecer, em meio à mudança incessante dos indivíduos, diversas figuras [...] permanentes” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 152). Por sua vez:

Etiologia em sentido estrito são todos os ramos da ciência da natureza que têm por tema principal, em toda parte, o conhecimento de causa e efeito: ensinam como, em conformidade com uma regra infalível, a um estado da matéria se segue necessariamente outro bem definido; como uma mudança determinada necessariamente produz e condiciona uma outra determinada, cuja prova se chama explicação. Aqui se incluem sobretudo a mecânica, a física, a química, a fisiologia. (SCHOPENHAUER, 2005, p. 153)

Schopenhauer, porém, parece conceder à etiologia um papel preponderante sobre a morfologia no sistema científico. Tanto é assim que, seja quando define o conteúdo das ciências, seja quando propõe a classificação geral das ciências empíricas, prioriza a relação da ciência com a lei de causalidade. Na primeira dessas concepções, vemos que a morfologia nem sequer é mencionada: “No que tange ao *conteúdo* das ciências, trata-se, propriamente dizendo, sempre da relação dos fenômenos do mundo entre si conforme o princípio de razão” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 135). No diapasão dessa prioridade, ele apoia sua “mais ampla *divisão* das ciências, sem dúvida capaz de muitos aperfeiçoamentos e complementos” (SCHOPENHAUER, 1986b, p. 165) (como apresenta no §15 d’*O Mundo – Tomo II*) nas quatro raízes do princípio de razão suficiente. Sua principal repartição aparece entre as ciências puras, a matemática e a lógica; e as empíricas; a matemática toma por fio condutor de suas explicações a terceira raiz do princípio de razão; a lógica a segunda; e as ciências empíricas, a primeira, como já havia sido defendido em *Quadrúplice*. As ciências empíricas, por extensão, dividem-se em doutrina das causas (física, química e afins), dos estímulos (botânica e fisiologia) e dos motivos (ética e psicologia), contudo, isto não representa nenhuma novidade desde *Quadrúplice*. A principal modificação, porém, aparece, justamente, no interior das últimas, se em *Quadrúplice*, a “psicologia pragmática” era afastada da ética e aproximada da história e da política; agora, a “psicologia” (não mais “pragmática”) é distanciada das



últimas e aproximada da ética; e, uma vez, juntas, passam a delimitar o campo das universais da motivação humana. Outra modificação reside no fato de que a política passa a ser substituída pela jurisprudência:

I. Ciências puras *a priori*

- a. Doutrina do princípio [de razão suficiente] do ser
  - i. No espaço: geometria
  - ii. No tempo: aritmética e álgebra
- b. Doutrina do princípio [de razão suficiente] do conhecer: lógica

II. Ciências empíricas ou *a posteriori*. De acordo com o princípio [de razão suficiente] do devir, isto é, a lei de causalidade, e mais precisamente suas três submodalidades:

- a. Doutrina das Causas:
  - i. Universais: Mecânica, Hidrodinâmica, Física, Química.
  - ii. Particulares: Astronomia, Mineralogia, Geologia, Tecnologia, Farmácia.
- b. A Doutrina dos Estímulos:
  - i. Universais: Fisiologia das plantas e dos animais, junto à sua ciência subsidiária, a Anatomia.
  - ii. Particulares: Botânica, Zoologia, Zootomia, Fisiologia Comparada, Patologia, Terapia.
- c. A Doutrina dos Motivos:
  - i. Universais: Ética, Psicologia.
  - ii. Particulares: Jurisprudência, História  
(SCHOPENHAUER, 1986b, p. 165)

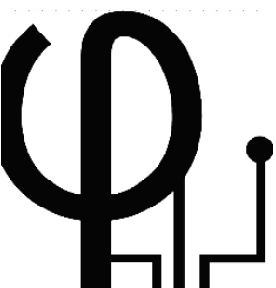
No §21 de *Parerga e paralipomena – Tomo II* (1851), Schopenhauer precisa ainda mais sobre o campo da psicologia. Para ele, “não há psicologia racional ou doutrina da alma, desde que Kant provou que a alma é uma hipótese transcendente” (SCHOPENHAUER, 1986c, p. 28)<sup>7</sup>. Grosso modo, a “alma”, como uma espécie de substância absoluta, fundamento ou ponto de fuga de todas as ações e estados internos de um sujeito, não pode ser conhecida de modo

<sup>7</sup> Um panorama bem preciso da crítica de Kant à psicologia racional, e de seu reconhecimento da psicologia empírica, embora com certo desdém, é conferido por Bacelar, com as seguintes palavras: “Esquemáticamente, Kant retoma a distinção wolffiana entre ‘psicologia empírica’ e ‘psicologia racional’, para, na primeira Crítica (1781) reduzir a última a pó de traque ao argumentar que se resume à proposição ‘penso’, seu ‘texto único’. Com efeito, como só existe conhecimento de objeto e o eu transcendental não pode pensar a si mesmo visto que é condição *a priori* da experiência e não uma substância como afirmaram erroneamente os dogmáticos, resta apenas uma psicologia empírica, ou seja, um estudo da alma ‘sob a orientação da experiência’. Mesmo essa psicologia empírica será criticada nos Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza (1786) por não ser matematizável nem suscetível de experimentação. Apesar dessas restrições, nem tudo está perdido para a psicologia empírica que recebe de Kant o apoio da metodologia antropológica desenvolvida na Antropologia do ponto de vista pragmático e que se baseia em observações dos sentidos externos mais que internos (observações mundanas de homens e mulheres, biografias, peças de teatro e romances, relatos de viagens etc.)” (BACELAR, 2018, p. 7).

puramente racional. Pelo contrário, podemos apenas conhecer as manifestações humanas a partir da experiência (temporal e fenomênica). O campo de abordagem do conteúdo último do mundo (isto é, sua essência, seu significado etc.) não é nenhuma ciência, mas somente a metafísica: “A essência em si do homem só pode ser compreendida em conjunto com a essência em si de todas as coisas e por isso da natureza” (SCHOPENHAUER, 1986c, p. 27), o que só pode ser realizado pelo “todo da metafísica [...] e não pode aparecer separadamente como psicologia”. Com o uso de uma adversativa (“*Hingegen*” [por outro lado]), por fim, Schopenhauer opõe, aqui, a antropologia à metafísica, e na sequência, subordina essa nova ciência à anatomia, à fisiologia e à psicologia empírica, apresentando, na sequência, novas informações sobre a última:

A antropologia, enquanto ciência da experiência, pode ser elaborada (*läßt sich aufstellen*); porém, ela é, em parte, anatomia e fisiologia, e em parte apenas (*bloss*) psicologia empírica, isto é, conhecimento extraído da observação das singularidades e expressões intelectuais e morais da espécie humana, como também da diversidade das individualidades nesse sentido. O mais importante disso, porém, será necessariamente antecipado (*vorweggenommen*), e na qualidade de estofo empírico, pelos três lados da metafísica [da natureza, do belo e dos costumes], e por eles digerido. O que então sobra requer sua observação e interpretação engenhosa, sim, justamente, sua consideração a partir de uma perspectiva que possua algo de elevado [...] e que só é palatável nos escritos de espíritos talentosos, como Theophrastus, Montaigne, Larochevoucauld, Labrupere, Helvetius, Chamfort, Addison, Shaftsbury, Shenstone, Lichtenberg, entre outros. Não são assuntos de se procurar e nem de se suportar nos compêndios dos professores [...] sem espírito, e, portanto, inimigos do espirituoso (SCHOPENHAUER, 1986c, p. 27).

Portanto, na visão de Schopenhauer, apesar de poder haver psicologia na metafísica (embora nem tudo o que seja metafísica seja passível de inserção nessa ciência), também há uma psicologia puramente empírica e separada da metafísica. Ela se restringe ao conhecimento conforme o princípio de razão, e é perfeitamente capaz de ser construída de modo universal e científico. Enquanto tal, sua tarefa é organizar o conhecimento universal do homem a partir da observação e interpretação engenhosa das “singularidades e expressões intelectuais e morais [suas]” (SCHOPENHAUER, 1986c, p. 27), “como também da diversidade das individualidades”, que ajude na composição desse quadro. Essa tarefa requer bastante talento, pois muitas tentativas se revelaram inférteis, embora algo já tenha sido conquistado nesse campo pelos autores espirituosos anteriormente citados. Aparentemente, porém, ainda há muito por se construir nele, bem como no da antropologia, como parece ser sugerido pela



asserção de que a última “pode ser elaborada (*läßt sich aufstellen*)” (SCHOPENHAUER, 1986c, p. 27).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *Apresentação* elaborada a uma tradução d’*A liberdade da Vontade* (2021[1839]), de Schopenhauer, defendemos que esse livro representa um marco na carreira do autor, não apenas por ter aberto as portas para o seu reconhecimento público, como também porque, a partir deste, vemos uma aproximação com o campo das ciências, e, em especial, da psicologia e da ética (e um ligeiro afastamento da metafísica) (GERMER, 2021, p. 7). Essa observação foi apresentada por vários motivos: tanto nesse livro quanto no que se segue a ele, *Sobre o fundamento da moral* (1840), publicado em conjunto com aquele sob o título d’*Os dois problemas fundamentais da Ética* (1841), Schopenhauer se propõe a analisar ambos os problemas morais de modo puramente analítico, empírico e científico (portanto, sem qualquer metafísica). Em *Sobre o fundamento da moral*, também afirma que sua “explicação permanece meramente psicológica” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 8): o que reforça a fusão operada por Vilmar Debona e Bacelar, em certos textos, de ambas as disciplinas, sob o argumento de que Schopenhauer possui uma “psicologia moral e descritiva” (DEBONA, 2019, p. 154). Após *Os dois problemas fundamentais da Ética*, o filósofo ainda publica *O mundo – tomo II* (1844) e *Parerga e paralipomena* (1851), onde se encontram alguns de seus principais capítulos no campo da psicologia empírica: os 19. *Sobre o primado da vontade na autoconsciência*; e o 32. *Sobre a loucura*, do primeiro; e o 26. *Observações psicológicas*, do segundo, entre outros. No primeiro, ele defende o seu “dogma principal” (*Hauptdogma*), também definido como “a mais importante de todas as verdades” (*die wichtigste aller Wahrheiten*) (SCHOPENHAUER, 1911-1941, p. 491 *apud* DEBONA, 2019, p. 158), a qual teria sido negligenciada por todos os filósofos anteriores, que “do primeiro ao último, localizaram a natureza verdadeira, real e interna do homem na consciência que conhece” (SCHOPENHAUER, 1986b, p. 257), e dela extraíram a vontade, não mais com argumentos metafísicos, como fez no Livro II d’*O Mundo*, mas de modo psicológico: com “fatos pertencentes à vida interior do ser humano, com o que talvez seja ganho sobre o conhecimento do interior humano bem mais do que é encontrável em muitas psicologias sistemáticas” (SCHOPENHAUER, 1986b, p. 260). E no *Capítulo 32. Sobre a loucura*, ele oferece uma explicação dessa patologia, que Freud admite ter antecipado elementos significativos de sua teoria da repressão (sendo essa a “pedra

angular sobre a qual descansa todo o edifício da psicanálise” (FREUD, 1946, p. 53). Já no *Capítulo 26 – Observações psicológicas* de seu último livro, entre outros igualmente psicológicos, Schopenhauer não somente aborda temas centrais de psicologia (genialidade, mediocridade, angústia, vaidade etc.), bem como antecipa o estilo de escrita aforístico adotado por importantes filósofos-psicólogos posteriores, como Paul Rée e Friedrich Nietzsche, nitidamente inspirados em sua psicologia.

Nos textos aqui abordados, vemos que Schopenhauer, de fato, aproxima-se da psicologia em seus textos mais tardios também no que concerne ao seu formalismo teórico: se em *Quadrúplice*, havia dividido as ciências que seguem a lei de motivação em ética, que analisa o “valor e origem” (SCHOPENHAUER, 1986a, p. 186) do agir humano, e “história, política, psicologia pragmática, etc.”; em *O Mundo – Tomo II*, sua nova divisão das ciências da motivação as reparte em universais (ética e psicologia) e particulares (história, jurisprudência etc.), o que aumenta a importância da psicologia, dado que o que “confere direito especial à cientificidade [...] não está na segurança, mas na forma sistemática de conhecimento, fundada na descensão gradual do universal ao particular” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 115). Ademais, como Schopenhauer (2005, p. 353) entende a ética como o campo mais “sério” da investigação humana, pois “afeta de maneira imediata a cada um de nós e a ninguém pode ser alheio ou indiferente”; e que, objetivamente, estuda o ente mais complexo da natureza: o homem – sua aproximação entre a psicologia e a ética, também constatada em sua descrição das explicações morais como “puramente psicológicas” (1840), e das psicológicas como voltadas às singularidades morais do homem (1851), representa a maior valorização do filósofo do campo psicológico nesses últimos textos.

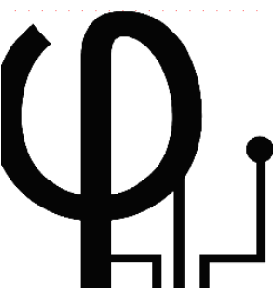
Por fim, neles, Schopenhauer também publica uma definição mais completa de psicologia, pois mantida como uma ciência que explica as ações humanas (e animais) a partir da lei de motivação (*Quadrúplice*); e cujo assunto específico reside na “observação e classificação das diferentes maneiras em que a ação ocorre (depois de todas [...] as modificações sofridas pela causa quando atua sobre um ser pensante e volente)” (SCHOPENHAUER, 1988, p. 65 *apud* BACELAR, 2018, p. 7) (*Manuscritos*). Contudo, algo novo é aqui afirmado: a psicologia consiste, agora, em uma ciência universal (e não meramente particular, como a história e a jurisprudência), e que contém uma espécie de conhecimento raro, palatável somente em textos de espíritos talentosos, que logram, como poucos, interpretar e expor as “singularidades e expressões intelectuais e morais da espécie humana, como também da diversidade das individualidades nesse sentido” (SCHOPENHAUER, 1986c, p. 27). Não seria de todo absurdo, inclusive, interpretar essa raridade do talento psicológico como algo

que a aproximaria da genialidade artística, conseguindo assim uma comparação interessante dessa ciência com as artes da literatura e poesia.

Por outro lado, deve-se fazer justiça à sua declaração de que sua filosofia não contém rupturas ou mudanças radicais em seu desenvolvimento, e evolui sempre retomando ou se coordenando com temas anteriores. Neste sentido, devemos sublinhar o fato de que *Quadrúplice* e *O Mundo* fornecem, deveras, a fundamentação teórica posterior de Schopenhauer da psicologia: seu conteúdo, como é estabelecido desde os primeiros textos, consiste nas explanações do agir humano conforme o princípio de razão, e, particularmente, segundo sua quarta raiz, a lei de motivação, que determina as relações desses fenômenos de modo tão *a priori* como as relações objetivas das outras ciências. Ademais, quando Schopenhauer incentiva que a psicologia seja ampliada – com a expressão de que ela pode ser “elaborada (*läßt sich aufstellen*)” (SCHOPENHAUER, 1986c, p. 27), junto à antropologia, sugerindo, desse modo, que ambas sejam ainda relativamente virgens – ele também se alinha à concepção, defendida em *O mundo*, de que a perfeição formal científica não repousa na exatidão de suas proposições (algo que as demais ciências possuem em maior nível), mas em seu caráter universal, sistemático, facilitador da comunicação, bem como em seu impulso à completude do saber e aplicação prática.

Por fim, concordamos com Sebastian Gardner quando afirma que Schopenhauer modificou as “condições de ‘*background*’” (GARDNER, 1999, p. 403) anteriores às grandes revoluções realizadas na psicologia a partir da segunda metade do século XX, e pela pena de autores como Nietzsche, Freud e Jung, sendo Schopenhauer, portanto, um precursor decisivo delas. Segundo Gardner, Schopenhauer contribuiu significativamente para a construção da “perspectiva geral que pôde propiciar o surgimento da concepção específica de ser humano” (GARDNER, 1999, p. 403) da psicanálise e afins, como tem sido debatido e acordado há muitas décadas. Esperamos ter contribuído, com esta investigação, não apenas com a história da fundamentação epistemológica da psicologia, mas também com o reconhecimento, sintetizado anteriormente por Gardner, da importância de Schopenhauer nesta. A relevância desse autor na história da psicologia, porém, não fica circunscrito às suas originalidades no que diz respeito ao conteúdo dessa ciência (por seus conceitos de vontade, sexualidade, loucura etc.), originalidade na qual o comentário especializado parece muitas vezes se restringir. Além disso, estende-se à definição e fundamentação epistemológica que esse filósofo faz da psicologia. Os traços iniciais desse avanço foram dados em *Quadrúplice* e no primeiro livro d’*O Mundo*, no entanto, foi em seus textos mais tardios que ele publicou sua definição mais completa

e positiva dessa ciência, que a alça ao nível das demais ciências universais já consagradas e a funde com o campo mais “sério” da investigação humana, a ética.



## REFERÊNCIAS

- BACELAR, K. O Desenvolvimento da psicologia moral de Schopenhauer. *Revista Sofia*, v. 7, n.2, p. 4-25, 2018. DOI: <https://doi.org/10.47456/sofia.v7i2.20974>.
- DEBONA, V. Bemerkungen ou Beobachtungen? Sobre as “observações psicológicas” de Schopenhauer e Rée. *Trans/Form/Ação*, v. 42, n. 1, p. 153-178, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2019.v42n1.08.p153>.
- FREUD, S. Zur Geschichte der psychoanalytischen Bewegung. In: FREUD, S. et al. (Org.). *Gesammelte Werke - Chronologisch Geordnet, 17 Bände*. v. 10. Londres: Imago Publishing Co. Ltd., 1946.
- GARDNER, S. Schopenhauer, Will and the Unconscious. In: JANAWAY, C. (Org.). *The Cambridge Companion to Schopenhauer*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- GERMER, G. Apresentação. In: SCHOPENHAUER, A. *A liberdade da vontade*. São Paulo: Ed. Edipro. 2021.
- GERMER, G. A fenomenologia da vida ética de Arthur Schopenhauer. *Voluntas*, v. 11, n. 1, p. 193-226, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5902/2179378639793>.
- SCHOPENHAUER, A. Über die vierfache Wurzel des Satzes vom zureichenden Grunde. In: VON LÖHNEYSSEN, W. F. (Org.). *Sämtliche Werke*. v. 3. Stuttgart/Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986a.
- SCHOPENHAUER, A. Die Welt als Wille und Vorstellung, Band II. In: VON LÖHNEYSSEN, W. F. (Org.). *Sämtliche Werke*. v. 2. Stuttgart/Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986b.
- SCHOPENHAUER, A. Parerga und Paralipomena, Band II. In: VON LÖHNEYSSEN, W. F. (Org.). *Sämtliche Werke*. v. 5. Stuttgart/Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986c.
- SCHOPENHAUER, A. Der Handschriftliche Nachlaß. In: HÜBSCHER, A. (Org.). *Sämtliche Werke*. Mannheim; Brockhaus, 1988.
- SCHOPENHAUER, A. Briefwechsel. In: SCHOPENHAUER, A. *Sämtliche Werke*. v. XIV-XVI. München: Piper Verlag, 1911-1941.
- SCHOPENHAUER, A. *O mundo como Vontade e como representação*. São Paulo: Ed. Unesp. 2005.
- SCHOPENHAUER, A. *O Mundo como Vontade e como Representação – Tomo II*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- SCHOPENHAUER, A. *Sobre o fundamento da moral*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.
- SCHOPENHAUER, A. *Senilia*. Barcelona: Herder Editorial, 2010.

